



PROJETO DE LEI N°. 039/2007 DE 30 DE AGOSTO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.

**ADMINISTRAÇÃO** 

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO, Prefeito Municipal de Itapuí/SP, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal — Caixa, relativo à Divida havida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, em 60 parcelas, nos termos da Resolução nº 466 de 14 de dezembro de 2004 e posteriores alterações, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Artigo 2º - O Poder Executivo, para garantia da avenca, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em dontrário.

Prefeitura Municipal de Itapuí, 30 de Agosto de 2007.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO Prefeito Municipal

> GIFUG/BU

> Senhor Gerente

```
Data: 29 Ago. 2007 12:03:03
Remetente: ag3254@caixa.gov.br 🗐 😄
     Para: itapui@itapui.sp.gov.br 🗐
  Assunto: ENC: PARCELAMENTO PM ITAPUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ
Senhor Prefeito
        Segue abaixo, valor aproximado de prestação do parcelamento do FGTS, cabe
ressaltar que além do pagamento do parcelamento deverá ser pago também o valor
devido de FGTS atual, ou seja do mês corrente .
Atenciosamente
Mizaki Toshio Mitiue
Gerente Geral
> ----Mensagem original----
> De: GIFUGBU07 - Recuperar - Cobrança
> Enviada em: quarta-feira, 29 de agosto de 2007 11:24
> Para: A3254SP - Ag Joao Ribeiro de Barros
> Cc: Mizaki Toshio Mitiue; Mario Rodrigues Loureiro Junior
> Assunto:
               ENC: PARCELAMENTO PM ITAPUI
> À
> Ag. João Ribeiro de Barros
> Sr Gerente
       Em atendimento, esclarecemos que para a realização de tais cálculos é
imprescindível a apresentação de confissões de débitos atualizadas, realizadas
via Conectividade Social utilizando o aplicativo SEFIP pelo empregador, por
ocasião do ingresso de pedido de parcelamento nos termos da Circular Caixa
348/2005 (anexa).
       O valor das parcelas será calculado conforme disposto na referida Circular,
itens 4.1.1 e 5.1.
       No exemplo indicado pelo empregador, estimamos que para uma dívida
hipotética de R$ 500.000,00, em 60 parcelas, o valor da prestação mensal seria
aproximadamente de R$ 8.334,00, resultante da divisão do valor total do débito
pela quantidade de parcelas, devendo ainda ser acrescido das cominações
dispostas na lei 8.036/90.
> Att
> Mario Kendi
> GS Recuperar-Cobranca
> GIFUG/BU
>> <<CircularCAIXA 2005 348 parcelamento administrativo.zip>>
> De: A3254SP - Ag Joao Ribeiro de Barros
> Enviada em: quarta-feira, 29 de agosto de 2007 10:29
> Para: GIFUGBU07 - Recuperar - Cobranca
> Assunto: PARCELAMENTO PM ITAPUI
> À
```

> 1 A pedido da Prefeitura Municipal de Itapuí, CNPJ 46.189.726/0001-15, solicitamos a possibilidade de verificar o valor da prestação do parcelamento do



Câmara Municipal de Itapuí

Praça da Matriz, 42 - Estado de São Paulo - Cep 17230-000

E-mail: camaraitapui@yahoo.com.br

Fone: (14) 3664-1251

Site: www.camaramunicipalitapui.sp.gov.br

## AUTOGRAFO Nº 044/2007 PROJETO DE LEI Nº. 039/2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.

## A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, DECRETA:

Art. 1°-) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar acordo de parcelamento com a Caixa Econômica Federal- Caixa, relativo à dívida havida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS, em 60 parcelas, nos termos da resolução nº 466 de 14 de dezembro de 2004 e posteriores alterações, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Artigo 2°)- O Poder Executivo, para garantia da avenca, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do Fundo de Participação dos Municípios- FPM, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

Artigo 3°)- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4°)- Revogam-se as disposições em contrário. CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 07 de setembro de 2007.

VALDIR MAIA

Presidente

SILENE VALINT

Secretaria